

Audiência na Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa discute os impactos da reforma administrativa

Os impactos da proposta de reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional serão debatidos em audiência da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A reunião, solicitada pela deputada Beatriz Cerqueira (PT), será realizada nesta sexta-feira, 13/8, às 14h, no Auditório José Alencar. A audiência será transmitida pela página da Assembleia Legislativa acesse:

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=1&dia=13&mes=08&ano=2021&hr=14:00&tpCom=2&aba=js_tabPauta

Para discutir os impactos da reforma administrativa nos âmbitos municipal, estadual e federal foram convidados o ministro Paulo Guedes, o relator da PEC 32/20 na Comissão Especial, deputado Arthur Maia, os deputados federais e os senadores de Minas Gerais, além de representantes de entidades representativas dos servidores públicos.

Na avaliação da deputada Beatriz Cerqueira, a PEC 32/20 não promove uma reforma, mas sim uma verdadeira reestruturação do estado brasileiro. "Tenho fé de que essa proposta não passará e, em 18 de agosto, estarei nas atividades do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação em defesa da classe trabalhadora", destaca. Nesta data também deve ser realizada greve nacional dos servidores públicos contra a reforma administrativa.

Representantes de empregados públicos afirmam que reforma administrativa favorece apadrinhamento político

Representantes de funcionários de empresas públicas criticaram nesta quarta-feira (11/08) diversos pontos da proposta de reforma administrativa que está sendo analisada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Para eles, o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 promove um desmonte da estrutura do Estado brasileiro, favorecendo "o apadrinhamento político" e privatizações. "É a entrega dos direitos sociais e da soberania nacional ao mercado. É a volta do clientelismo, do apadrinhamento político e do favorecimento", disse o representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Mario Alberto Dal Zot.

Dal Zot afirmou ainda que a PEC poderá institucionalizar a chamada "rachadinha", prática por meio da qual o empregado entrega parte do que recebe a quem o indicou. "Isso tem que ser levado em conta. O trabalhador, o funcionário público, vai servir muito mais ao político, ao patrão do que ao cidadão."

Os empregados públicos trabalham na administração pública indireta (sociedades de economia mista e empresas públicas) e são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar de não terem estabilidade no emprego assegurada por lei, a prática demonstra que demissões sem justa causa são raras. A PEC altera dispositivos da legislação atual sobre contratação, remuneração e desligamento de pessoal.

Vice-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), Cecília Garcez disse que a PEC pretende reduzir direitos, enfraquecer a atuação do Estado e facilitar privatizações. "Essa proposta esvazia os acordos coletivos e facilita demissões. Os servidores ficarão reféns de governos, podendo haver um aparelhamento do serviço público. Para ela, a simples equiparação com a iniciativa privada não garante eficiência nem impede a corrupção.

Funcionária da Caixa Econômica Federal e representante do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano disse à comissão especial que o governo usa uma premissa equivocada: o que é público é ruim e ineficiente, e o que é privado é bom e moderno. "Essa PEC traz uma série de distorções ao tratar o privado sempre como melhor. Por que só a Caixa atendeu 130 milhões de brasileiros durante a pandemia, mesmo com funcionários correndo riscos?"

Posição do governo

Representando o Ministério da Economia, Maria da Penha da Cruz afirmou que a PEC não visa reduzir despesas e sim aproximar o serviço público da realidade brasileira. "O texto tem caráter moralizador, para

corrigir distorções históricas. No mundo atual, não faz sentido esse tratamento diferenciado a empregados do serviço público”, disse Cruz. Ela reforçou que as mudanças previstas se aplicam apenas a novos funcionários. Maria da Cruz detalhou pontos da proposta e defendeu, por exemplo, a proibição de alguns benefícios para empregados públicos, como férias superiores a 30 dias, progressões na carreira e adicionais relacionados ao tempo de serviço, aumentos com efeitos retroativos, redução de jornada sem redução de remuneração, adicionais por substituição, entre outros.

Ela destacou ainda que a previsão de contratação de pessoal com vínculo por prazo determinado, mediante processo seletivo simplificado, deve atender apenas a situações específicas (calamidade, emergência, necessidades temporárias e atividades sob demanda), e disse que a estabilidade não deve ser assegurada a empregados públicos nem por negociação coletiva ou individual nem por ato normativo. “Busca-se o tratamento equânime entre funcionários públicos e privados”.

Além do deputado Rogério Correia, que propôs a reunião, criticaram a reforma administrativa os deputados Paulo Ramos (PDT-RJ), Professor Israel Batista (PV-DF), Rui Falcão (PT-SP), Gervásio Maia (PSB-PB) e Zé Neto (PT-BA). Para Correia, a PEC não pretende garantir a eficiência do serviço público e sim promover o seu desmonte. “Se o governo está preocupado com distorções, deveria incluir na proposta membros do Parlamento, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União, magistrados e os militares. Aqui estão preocupados em cortar não regalias, mas direitos dos trabalhadores”, disse.

Gervásio Maia e Paulo Ramos defenderam que o texto da PEC seja explícito quanto à não aplicação das regras para atuais empregados e servidores públicos.

Servidores poderão acessar SouGov.br pelo computador

O funcionalismo federal conta agora com a versão web do aplicativo SouGov.br. Com isso, todos os serviços disponíveis na ferramenta passam a ser acessados também pelo computador, como a consulta ao Demonstrativo de Rendimento Anual, ao extrato de consignações e aos afastamentos.

Para os aposentados, também é possível conferir a situação da Prova de Vida e imprimir o comprovante. Os servidores podem ainda alterar e encaminhar o atestado de saúde, consultar férias, contracheque e a prévia do 13º, por exemplo.

Lançado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGG/ME), o SouGov.br é voltado exclusivamente aos servidores públicos federais, ativos e aposentados, pensionistas e anistiados civis do Poder Executivo federal.

Canal único de serviços

O projeto SouGov.br faz parte do programa de transformação digital na área de gestão de pessoas e prevê a migração dos serviços já disponíveis em diversos canais para um canal único. Segundo a pasta, a intenção é “reduzir custos, otimizar processos de trabalho, simplificar e padronizar procedimentos para atendimento aos usuários”.

Ao todo, são 28 serviços disponíveis no SouGov.br Web, devendo chegar a 50 funcionalidades até fevereiro de 2023.

SIGEPe web

O Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe) do governo federal na internet continua ativo, com os seus serviços funcionando normalmente. Gradativamente, as funcionalidades do Sigepe Web serão migradas para o SouGov.br Web, “de forma a torná-lo o canal digital mais completo e moderno de atendimento aos servidores públicos federais”, informou a secretaria.

Servidores aposentados da União têm até 30 de setembro para fazer prova de vida

Servidores aposentados e pensionistas da União que não fizeram a prova de vida ao longo de 2020 e no primeiro semestre de 2021, devido à suspensão do procedimento, têm até 30 de setembro para realizá-la. O mesmo prazo também alcança os anistiados políticos civis. A exigência foi temporariamente cancelada a partir de março do ano passado em razão da pandemia e só foi retomada no último dia 1º de julho.

A comprovação de vida é feita anualmente como uma das formas de atualização do cadastro dos vínculos do Executivo federal. A medida é cobrada pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central de gestão de pessoas da administração pública.

“Os beneficiários têm até o dia 30 de setembro de 2021 para realizar a prova de vida referente ao ano de 2020 e ao período de janeiro a junho de 2021”, ressaltou a secretaria. Vale lembrar que o procedimento também garante a continuidade dos pagamentos dos benefícios previdenciários.

Como e onde realizar

O beneficiário pode realizar a prova de vida digital (por meio do aplicativo SouGov.br no celular), ou comparecer presencialmente com o seu documento de identificação à qualquer agência do banco onde recebe o pagamento.

Para a opção digital, é preciso ter a biometria cadastrada no TSE ou no Denatran. O procedimento será iniciado pelo SouGov.br e, em seguida, deverá ser realizada a validação facial no app MeuGov.br (que também precisa ser instalado).

Confira as datas para realização da prova de vida

Calendário para quem não realizou a Prova de Vida entre Janeiro de 2020 a Junho de 2021

Mês do Aniversário	Quando realizar?	Atualiza Prova de Vida referente ao ano de?
Janeiro a Julho	01/07 a 30/09/2021	2020 e 2021
Agosto	01/07 a 31/07/2021	2020
	01/08 a 30/09/2021	2020 e 2021
Setembro	01/07 a 31/08/2021	2020
	01/09 a 30/09/2021	2020 e 2021
Outubro a Dezembro	01/07 a 30/09/2021	2020
	A partir do 1º dia do mês do aniversário	2021

Prova de vida do INSS suspensa até dezembro

O Senado aprovou nesta quarta-feira (11/08) projeto de lei que suspende até 31 de dezembro de 2021 a prova de vida exigida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos beneficiários da Previdência Social. O texto segue para sanção presidencial.

O projeto também determina que, a partir de 2022, todos os bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados e dar preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção. O texto também autoriza que a prova de vida seja realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no INSS. A primeira via da procuração não será cobrada.

18 AGOSTO DIA NACIONAL DE GREVE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS! CONTRA A PEC 32 (REFORMA ADMINISTRATIVA)

VAMOS À LUTA E OCUPAR AS RUAS!

ATO UNIFICADO às 17h, na Praça Afonso Arinos

NÃO FIQUE FORA DESSA. NOSSA LUTA É PELA VIDA!

COMITÊ FORA BOLSONARO
FÓRUM DOS REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS